

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
CURSO DE HISTÓRIA**

ADRIELI CARLA COPROSKI WENNING RODRIGERI

**MADEIREIRAS NO OESTE CATARINENSE:
A COOPERATIVA MADEIREIRA DO VALE DO URUGUAI LTDA**

CHAPECÓ

2023

ADRIELI CARLA COPROSKI WENNING RODRIGERI

**MADEIREIRAS NO OESTE CATARINENSE:
A COOPERATIVA MADEIREIRA DO VALE DO URUGUAI LTDA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Licenciado em História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Samira Peruchi Moretto

CHAPECÓ

2023

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Rodrigeri, Adrieli Carla Coproski Wenning
MADEIREIRAS NO OESTE CATARINENSE:: A COOPERATIVA
MADEIREIRA DO VALE DO URUGUAI LTDA / Adrieli Carla
Coproski Wenning Rodrigeri. -- 2023.
44 f.

Orientadora: Doutora Samira Peruchi Moretto

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Licenciatura em História, Chapecó, SC, 2023.

1. Colonização. 2. Exploração recursos naturais. 3.
Cooperativa Madeireira do Vale do Uruguai LTDA. I.
Moretto, Samira Peruchi, orient. II. Universidade
Federal da Fronteira Sul. III. Título.

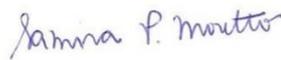
ADRIELI CARLA COPROSKI WENNING RODRIGERI

MADEIREIRAS NO OESTE CATARINENSE:
A COOPERATIVA MADEIREIRA DO VALE DO URUGUAI LTDA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de História da Universidade Federal da
Fronteira Sul (UFFS), como requisito para
obtenção do título de Licenciado em História.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 13/07/2023.

BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dr.^a Samira Peruchi Moretto – UFFS
Orientadora

Documento assinado digitalmente
MARLON BRANDT
Data: 19/07/2023 15:04:33-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^o Dr.^o Marlon Brandt - UFFS
Avaliador



Prof.^o Me. Ademir Miguel Salini – CEOM/Unochapecó
Avaliador

Á Natalino de Mello Coproski (*in memoriam*),
Almerinda Coproski e Jonas Rodrigeri por
todo carinho e amor.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente à minha orientadora, professora Dr^a. Samira Peruchi Moretto que vem há alguns anos me acompanhando nessa jornada. Obrigado, por ter entrado nessa caminhada comigo. Obrigada por toda paciência nesse processo que nem sempre foi fácil.

Agradeço em especial aos meus pais, Natalino de Mello Coproski (*in memoriam*) e Almerinda Coproski, que me acolheram como filha, me dando todo o seu amor e dedicação. Sem vocês eu não seria a pessoa que sou hoje.

Obrigado também à minha família, à minha mãe Maria, aos meus irmãos Maicon e Felipe, que mesmo não estando diariamente juntos, sempre estiveram lá por mim. E não posso esquecer a minha família emprestada, Neli, João Carlos, Fabiane, Evanio e Carlos Eduardo, vocês todos são minha base. Obrigada por acreditarem em mim, por me acompanharem ao longo desse processo e não me deixarem desistir.

Agradeço a equipe do Centro de Memória do Oeste Catarinense CEOM/Unochapecó, que me acompanhou e incentivou desde o início dessa caminhada, quando tudo era ainda um projeto de pesquisa. Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação de Santa Catarina (FAPESC), pela concessão de apoio através do edital de chamada pública FAPESC Nº 16/2021, o qual apoia os o grupo de pesquisa "Uma História ambiental das transformações e da antropização das paisagens no Oeste Catarinense (1960 a 1980), da Universidade Federal da Fronteira Sul".

Aproveitando, quero deixar registrado um agradecimento muito especial os presentes que a UFFS e o CEOM me deram: Aline Bertoncello, Brendha Luana Spricigo, Dâmaris Szytko, Elisa Manfrin, Emily Meireles, Jessica Brizola, Saionara Solange Frantz e Victória Artigas Pause, eu vou levar vocês para minha vida toda. Always!

Por fim, meu agradecimento especial vai ao meu companheiro de vida, Jonas. Com você formei a família mais linda, nós e nossos nenéns felinos, Mia e Miau. Você sempre esteve ao meu lado, sempre acreditou em mim, mesmo quando eu mesma tive dúvida. O resultado desse trabalho não é só meu, ele também é seu, pois se não fosse por você, eu não estaria aqui escrevendo esses agradecimentos.

RESUMO

A região Oeste do estado de Santa Catarina passou por um processo acelerado de transformações durante o século XX, com a intensificação do processo de colonização e a exploração dos recursos naturais. A instalação das primeiras companhias colonizadoras, impulsionam além da colonização a exploração da madeira. O objetivo da presente pesquisa consiste em contextualizar o processo de formação e atuação da Cooperativa Madeireira do Vale do Uruguai Ltda entre as décadas de 1940 a 1970, período em que a cooperativa se constituiu e consolidou suas ações a prol da classe de madeireiros que exploram a região. Utilizando a metodologia proposta pela História Ambiental, buscamos analisar diferentes fontes, para alcançar nosso objetivo. Entre as fontes estudadas estão os periódicos de circulação local, mapas, fotografias e documentos oficiais da Cooperativa Madeireira do Vale do Uruguai LTDA. A criação da Cooperativa Madeireira Vale do Uruguai LTDA ocorreu em um período onde a exploração ambiental estava em alta, devido a fixação das famílias dos colonos que chegavam para colonizar a região.

Palavras-chave: História Ambiental; colonização; cooperativa; exploração madeireira

ABSTRACT

The Western region of the state of Santa Catarina underwent a rapid process of transformations during the 20th century, driven by the intensification of colonization and the exploitation of natural resources. The establishment of the first colonization companies not only promoted colonization but also led to the exploitation of timber resources. The objective of this research is to investigate the formation and operation process of Cooperativa Madeireira do Vale do Uruguai LTDA between the decades of 1940 and 1970, a period in which the cooperative was established and consolidated its actions in support of the timber industry that exploits the region. Using the methodology proposed by Environmental History, we aim to analyze various sources to achieve our objective. Among the sources studied are local circulating journals, maps, photographs, and official documents from Cooperativa Madeireira do Vale do Uruguai LTDA that took place during a period of high environmental exploitation, as families of settlers arrived to colonize the region and establish themselves.

keywords: Environmental History; colonization; cooperative; timber exploitation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Localização atual do município de Chapecó/SC.....	11
Figura 02: Questão de “Misiones” ou Palmas.	15
Figura 03: Mapa das cidades de Cruzeiro e Chapecó.....	16
Figura 04: Planta Fazenda Campina do Gregório	20
Figura 05: Planta Fazenda Rodeio Bonito.....	21
Figura 06: Planta Fazenda Chapecó	22
Figura 07: Planta das terras da Empresa Colonizadora F. Bertaso.....	23
Figura 08: Regiões fitoecológicas de Santa Catarina	25
Figura 09: Vista parcial de balsas no Rio Uruguai.....	28
Figura 10: Vista externa parcial de uma serraria em Chapecó - SC na década de 1950.	29
Figura 11: Certificado de Registro nº 2231, 9 março de 1945.	33
Figura 12: Edital de convocação para Assembleia Geral Extraordinária, Cooperativa Madeireira Vale do Uruguai LTDA.	35
Figura 13: Cooperativa Madeireira Vale do Uruguai LTDA.	37

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGE	Assembleia Geral Extraordinária
CEOM	Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina
FED	Floresta Estacional Decidual
FOM	Floresta Ombrófila Mista
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UNOCHAPECÓ	Universidade Comunitária da Região de Chapecó

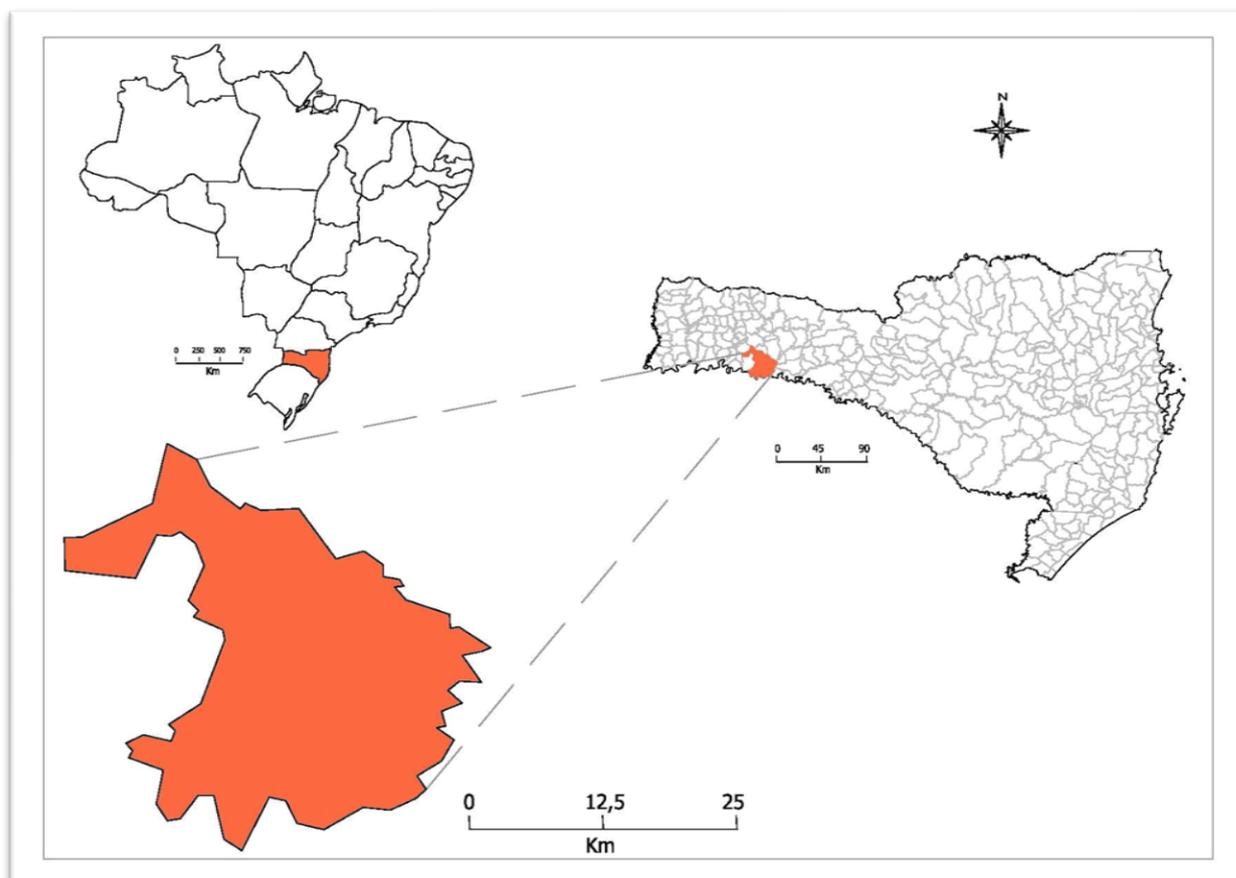
SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	REGIÃO OESTE: A COLONIZAÇÃO E A EXPLORAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS	15
2.1	NATUREZA EXUBERANTE: A FORMAÇÃO DA FLORESTA NA REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA	25
2.2	A EXPLORAÇÃO DA RIQUEZA NATURAL: A INDÚSTRIA MADEIREIRA	27
3	A COOPERATIVA MADEIREIRA DO VALE DO URUGUAI LTDA	32
3.1	A CRIAÇÃO E ATUAÇÃO DA COOPERATIVA MADEIREIRA DO VALE DO URUGUAI LTDA	32
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
	REFERÊNCIAS.....	41

1 INTRODUÇÃO

Durante a realização do estágio não obrigatório no Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina, CEOM/Unochapecó teve a oportunidade de atuar no Centro de Documentação e Pesquisa (CEDOC), responsável pela organização e salvaguarda das fontes históricas sobre a história regional com foco nos registros produzidos durante o processo de colonização do município de Chapecó. Foi durante o período de estágio, que acessei o acervo do Fundo Empresarial Bertaso, o qual contém também o acervo da Colonizadora Bertaso, Maia e Cia, doado ao centro no ano de 1998. Neste acervo documental encontram-se os documentos da Cooperativa Madeireira do Vale do Uruguai LTDA tema desta pesquisa, que tem como objetivo investigar o processo de formação e atuação da Cooperativa Madeireira do Vale do Uruguai Ltda entre as décadas de 1940 a 1970, com sede no município de Chapecó. O município, que engloba o recorte temporal da presente pesquisa, está localizado na região oeste de Santa Catarina, conforme podemos observar no Figura 01.

Figura 01: Localização atual do município de Chapecó/SC.



Fonte: IBGE; Org: Moraes, C.

Um dos motivos que me levou a buscar esse tema de pesquisa envolvendo a história regional e a história ambiental, deve-se ao fato de ser filha de agricultores da região e por isso estar envolvida desde muito cedo pelas histórias contadas pelos meus avós, sobre como “era tudo mato”, ou seja, nas suas concepções “praticamente inexplorado”, quando eles acompanhados de seus pais chegaram à região, por volta de 1940. Ouvir sobre as dificuldades e as mudanças provocadas na paisagem da região devido ao processo de colonização e da extração madeireira me despertou o interesse de compreender melhor parte desse processo.

Durante o processo de colonização do Oeste catarinense, período também de atuação da Cooperativa Madeireira do Vale do Uruguai Ltda, a atividade madeireira desenvolve-se como uma das bases para a economia local, impulsionando o crescimento socioeconômico da região. Assim, para o desenvolvimento do tema, consideramos essencial a perspectiva abordada pela História Ambiental, que engloba o ambiente não apenas como palco onde a história acontece, mas a coloca como objetivo de pesquisa, buscando aprofundar a compreensão de como a ação humana interferiu e ainda interfere impactando a natureza e sendo impactado pelo ambiente natural (WORSTER, 1991). Segundo Donald Worster (1991), a História Ambiental deseja saber qual a influência que a natureza teve na formação dos métodos produtivos, além de preocupar-se em compreender os impactos causados pelos mesmos meios a natureza.

Assim, buscamos entender as relações construídas por homens e mulheres com o meio natural na região oeste catarinense, considerando que “a cultura humana age sobre o meio físico-material, propiciando significados e usos complexos dos seus elementos” (DRUMMOND, 1991, p. 181). Dessa forma, a análise a ser desenvolvida deverá abranger além dos aspectos econômicos, aspectos culturais e sociais que possam ter influenciado de modo direto ou indiretamente nas mudanças ambientais na região Oeste catarinense durante o recorte a ser estudado¹.

Para viabilizar a realização dessa pesquisa foram analisadas variadas fontes documentais, sobre a região. Conforme ressaltado por Donald Worster, em seu trabalho “Para fazer uma história ambiental”², a História Ambiental não deve se limitar apenas à busca de novas fontes de pesquisa, mas também deve muitas vezes, rever, reorganizar e reinterpretar os documentos

¹ O presente trabalho traz os resultados do projeto de pesquisa: Uma História ambiental das transformações e da antropização das paisagens no Oeste Catarinense (1960 a 1980), da Universidade Federal da Fronteira Sul - FAPESC N° 16/2021, coordenado pela professora Samira Peruchi Moretto.

² WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.4, n.8, 1991. p. 198-215.

históricos já existentes. Assim, seguindo essa perspectiva, entre as fontes analisadas, estão os periódicos de circulação local, como: o jornal A Voz de Chapecó e o jornal O Imparcial.

Nesses veículos de comunicação buscamos por publicações que remetem às ações desenvolvidas pela Cooperativa Madeireira Vale do Uruguai LTDA durante as décadas de 1940 a 1970. José Carlos Radin (2004), aponta que “o jornal se constitui numa importante fonte de pesquisa histórica, pois nos abre inúmeras possibilidades para melhor entender as diferentes situações acerca da problemática que se pretende pesquisar”, porém precisamos considerar que as notícias foram produzidas em um determinado tempo e para um determinado público e por isso não são neutras.

Outras fontes também foram utilizadas, entre elas: o certificado de registro da cooperativa madeireira, que nos possibilita ter noções das leis que regulamentavam a exploração madeireira da época, além de informações sobre o espaço de atuação da cooperativa. Registros fotográficos e cartográficos que apresentam elementos do cotidiano dos colonizadores no processo de exploração da madeira e nos primeiros movimentos da agricultura. As fontes citadas, encontram-se disponíveis no Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM/Unochapecó), em Chapecó.

Quanto ao que diz respeito a bibliografia estudada, podemos citar os trabalhos desenvolvidos por autores como: Walter Piazza (1994), Eunice Sueli Nodari (2009;2010;2012.), Alceu Werlang (2006), Renilda Vicenzi (2008), entre outros que contemplam a temática da colonização do Oeste catarinense. Esses e outros autores contribuíram de forma significativa para a compreensão do processo colonizador da região Oeste catarinense. Dentre as obras consultadas, destaca-se o livro “Mito e história na colonização do oeste catarinense”, da autora Renilda Vicenzi que faz uma discussão detalhada em torno do processo de colonização da região.

Outro trabalho que contribui para a fundamentação e desenvolvimento do trabalho é o desenvolvido pela autora Eunice Sueli Nodari, intitulado “As florestas do sul do Brasil: entre discursos de preservação e ações de devastação”. O olhar que a autora apresenta nos ajuda a compreender o processo de exploração das florestas no sul do Brasil, mais pontualmente na região Oeste catarinense. Outra contribuição significativa para fundamentar a pesquisa, no que tange a formação e a atuação da Cooperativa Madeireira do Vale do Uruguai LTDA, é a dissertação de mestrado de autoria de Eli Maria Bellani, intitulada “Madeira, balsas e balseiros no rio Uruguai: O processo de colonização do velho município de Chapecó (1917/1950)”. Neste trabalho a autora aborda o processo de colonização da região de Chapecó, discutindo entre outros temas a exploração da madeira, a produção das balsas e a atuação da Cooperativa

Madeira. O que nos possibilita realizar uma análise sobre a formação e a atuação da Cooperativa durante sua atuação na região.

A estrutura do trabalho foi dividida em três capítulos. Ao longo do primeiro capítulo são apresentados aspectos sobre a formação territorial do estado de Santa Catarina, abordando questões relacionadas à formação geopolítica do município de Chapecó, a chegada das companhias colonizadoras, destacando a atuação da Companhia Colonizadora Ernesto F. Bertaso processo de colonização.

No segundo capítulo, tratamos sobre a composição da Floresta Ombrófila Mista e a Floresta Estacional Decidual que fazem parte do Bioma Mata Atlântica brasileira e são predominantes na região estudada. Busca-se ainda, contextualizar o processo de exploração dos recursos naturais através da indústria madeireira que se instalou na região.

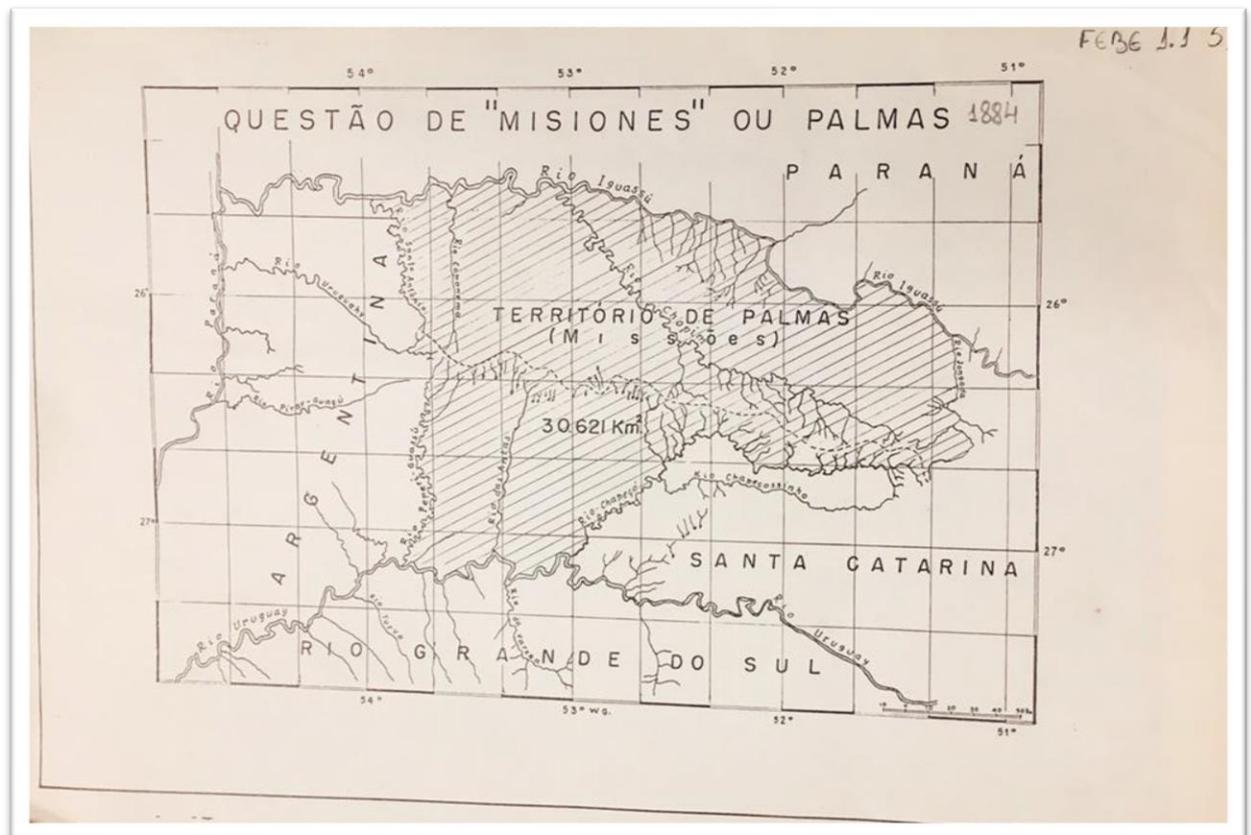
Por fim, no terceiro capítulo, analisa-se o processo de formação e atuação da Cooperativa Madeira do Vale do Uruguai Ltda, entre as décadas de 1940 a 1970, década essa em que ocorreu a sua incorporação pela Cooperativa Cooperalfa. Para esse fim, procuramos informações sobre a Cooperativa Madeira do Vale do Uruguai LTDA, no esforço de realizar se o histórico sobre essa empresa e compreendermos aspectos sobre sua formação e as relações econômicas desenvolvidas com seus associados.

Dessa forma, no próximo capítulo apresentamos as fases da colonização e o processo de formação das florestas que compõem a nossa região, discutindo questões que envolvem a exploração da madeira e por consequência a formação do comércio madeireiro na região Oeste catarinense.

2 REGIÃO OESTE: A COLONIZAÇÃO E A EXPLORAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

A fim de proporcionar uma compreensão mais ampla do período apontado por esse estudo, é relevante fazer algumas ponderações a respeito da ocupação humana na região, visto que o território hoje denominado oeste catarinense, já foi palco de inúmeras disputas territoriais ao longo dos anos. Segundo Werlang (2006), as disputas territoriais por essa região começaram entre Portugal e Espanha ainda em 1496, e seguiram posteriormente entre Brasil e Argentina, com a Questão de Palmas, conforme podemos observar no Figura 02.

Figura 02: Questão de “Misiones” ou Palmas.



Fonte: Atlas Histórico e Geográfico (1971) - Acervo CEOM/Unochapecó

Somente no ano de 1895 ocorreu o desfecho da Questão de Palmas, onde o então Presidente dos Estados Unidos, Grover Stephen Cleveland reconheceu o direito do Brasil sob a área contestada (WERLANG, 2006. p.22). Em paralelo a disputa internacional, ocorria o conflito interestadual entre Paraná e Santa Catarina, que buscavam ampliar seus domínios

territoriais e assim disputavam o direito sob uma área de aproximadamente 48 mil Km² (RADIN; VICENZI, 2017. p.63).

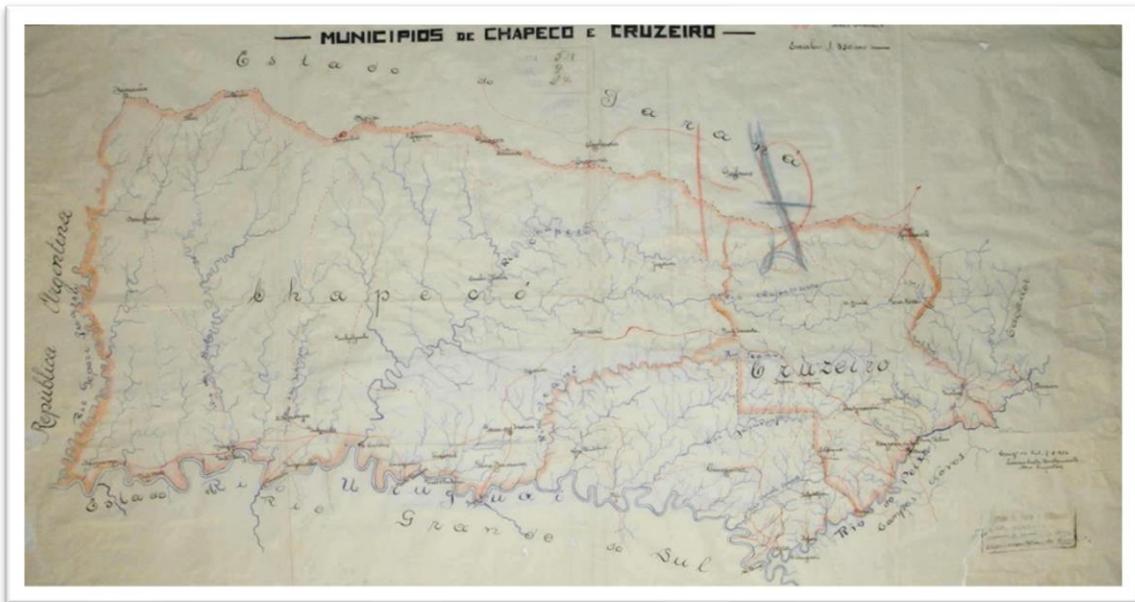
Sem acordo entre os dois estados, a disputa foi levada ao Supremo Tribunal Federal, que por sua vez decidiu de forma favorável ao estado de Santa Catarina. Segundo Werlang (2006):

O estado do Paraná, entretanto, ignorou a decisão do poder judiciário, insurgindo-se contra o *veredictum* proferido pelo Supremo Tribunal Federal. Apesar de ter sido restabelecida a ordem constitucional, imperava, no entanto, a anarquia administrativa. O avanço da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, no território contestado no ano de 1908, aumentava a tensão na área (WERLANG, 2006. p.26-27).

Para aumentar a pressão entre os estados, havia ainda a atuação da empresa Brazil Railway Company, responsável pelo desenvolvimento da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande. Suas ações foram decisivas durante o processo que desencadeou a revolta do Contestado. Uma vez que, foram responsáveis pelo processo de desalojamento de inúmeras famílias que viviam na faixa de terras recebida do Estado, como pagamento pela construção da ferrovia.

A Guerra do Contestado como ficou conhecido o conflito, terminou no ano de 1915 após quatro anos de disputa e com um saldo de milhares de mortos. Porém, o término da guerra não significou o desfecho da disputa territorial entre os dois Estados. Deixando mais uma vez o governo perturbado com os possíveis rumos que o desentendimento entre os estados poderia tomar. Assim, no ano de 1916 após negociações intermediadas pelo então Presidente da República, Wenceslau Braz foi assinado o acordo que delimitava o território de cada Estado, dando fim oficialmente a mais uma disputa (WERLANG, 2006. p.28-29). Apesar de definido os limites entre os estados, o governo ainda não estava seguro quanto a possíveis disputas futuras, passando assim a dar maior atenção ao que refere se a colonização (RADIN; VICENZI, 2017. p.65). Portanto, como medida para coibir novas disputas, em 25 de agosto de 1917, o governo catarinense cria novos municípios, entre eles estão: Mafra, Porto União, Cruzeiro (atual Joaçaba) e Chapecó (WERLANG, 2006. p.28). Chapecó na época obteve a extensão de 14.053 mil km², entendendo seus limites desde o Rio Irani até o Rio Peperí-Guaçú, divisa com a Argentina, como podemos observar no Figura 03.

Figura 03: Mapa das cidades de Cruzeiro e Chapecó



Fonte: Acervo CEOM/Unochapecó

A história considerada oficial do município de Chapecó está diretamente ligada ao projeto de ocupação dos “vazios demográficos” e de expansão para o oeste, organizado pelo governo brasileiro no princípio do século XX. Radin e Vicenzi (2017), apontam que:

Chapecó e seu entorno, assim como as demais áreas do interior brasileiro, eram vistas como “vazios demográficos” ou “sertão inculto a ser conquistado”. Esse era o desafio que se colocava à Nação. As fronteiras necessitavam ser efetivamente conquistadas. Na prática isso consistia na colonização efetiva desses territórios e na sua incorporação ao processo produtivo almejado pelos governantes e pela intelectualidade (RADIN, VICENZI, 2017. p.66).

Porém não podemos deixar de mencionar que muito antes da chegada das colonizadoras ou dos colonizadores no Oeste Catarinense, essas terras já eram habitadas por indígenas e caboclos, e em muitos momentos as diferenças dos hábitos e dos costumes causaram tensões entre esses grupos (RENK, 2006).

Ainda segundo POLI (1987), pode se identificar o povoamento da região em três fases, a primeira como sendo a indígena, a segunda dos caboclos e a terceira da colonização, realizada principalmente por colonos oriundos do Rio Grande do Sul. Desta forma, sabemos que essa região não era totalmente inabitada, e que o processo de colonização de Chapecó não foi algo simples. Segundo Radin e Vicenzi (2017):

As relações que se estabeleceram entre os que habitavam essas terras desde tempos imemoriais e os que vieram de fora não foram tranquilas. Os processos migratórios, ao suscitarem o contato entre diferentes grupos étnicos, também confrontaram seus diferentes modos de vida e dessa coexistência se produziram muitas tensões, sejam veladas, sejam explícitas, (RADIN, VICENZI, p. 66, 2017).

Durante o processo de colonização, a sede político-administrativa do novo município de Chapecó, passou por muitas mudanças, como cita Rosseto (1986):

A sede inicial do município de Chapecó foi a localidade denominada Passo Bormann. Por razões sócio-econômicas, dois anos depois em 1919, sua sede foi transferida para Xanxerê, sendo que em 1923 voltou ao Passo Bormann, para retornar a Xanxerê em 1929. Dois anos mais tarde, em 1931, a localidade intermediária entre Passo Bormann e Xanxerê, denominada Passo dos Índios, passou a denominar-se Chapecó e a abrigar definitivamente a sede do município (ROSSETTO, 1986, p.8).

Essas mudanças na sede político-administrativa da cidade evidenciam a complexidade do processo de estabelecimento da estrutura governamental na região. Segundo Werlang (2006), o estado de Santa Catarina possuía outra preocupação em relação ao acordo firmado em 1916. No acordo, Santa Catarina se comprometeu a respeitar as concessões de terras realizadas no seu território pelo estado do Paraná. Porém, o estado vizinho continuou a fazer concessões até 1917. Para regularizar essa situação, o governo promulgou a Lei n. 1.181 de dezembro de 1917, em seu primeiro artigo dizia: “Todos os possuidores de terras com títulos expedidos pelo Paraná, na zona contestada, ficam obrigados a registrá-los, no prazo de dois anos, a contar a do primeiro de janeiro de 1918”. O propósito dessa ação, era “legalizar as terras concedidas pelo Paraná antes do acordo, bem como anular as concessões posteriores”. A normalização destas posses era necessária e urgente para que o estado de Santa Catarina pudesse fazer concessões das terras devolutas” (WERLANG, 2006. p.31).

No caso do oeste catarinense, existiam as concessões realizadas pela Colônia Militar de Chapecó, criada em 1882, através do decreto nº 2.502 de 16 de novembro de 1859, que não estavam oficialmente regularizadas. Desta forma, foi editada a lei n.1.511, de 26 de outubro de 1925, autorizando a regularização dessas áreas, diante da apresentação do título expedido pelo diretor da colônia, além dos documentos de medição das terras (WERLANG, 2006. p.32).

As terras consideradas pelo Estado como devolutas, eram ocupadas na sua grande maioria por posseiros luso-brasileiros, como cita Werlang (2006):

As terras da região consideradas devolutas eram ocupadas por inúmeros posseiros, luso-brasileiros na sua maioria, que jamais tiveram a preocupação de legalizá-las. Para eles eram “terras de Deus”; portanto, de quem tomasse posse. Praticavam ali agricultura de subsistência, sendo comum a migração dentro da própria terra (WERLANG, p.32, 2006).

Na sua grande maioria os posseiros não sabiam como requerer a legalização de suas terras, assim “a sorte dos posseiros já estava selada: ou adquiriam as terras das companhias colonizadoras ou seriam desalojados” (WERLANG, 2006. p.33). Uma importante fonte de pesquisa que valida a citação acima, está no livro intitulado “Intrusos”³, onde estão listados 250

³ Este livro faz parte do Acervo da Colonizadora Bertaso, no qual consta uma relação de nomes em ordem alfabética, bem como o ano de fixação destas pessoas na referida terra. Este livro tem como título “Intrusos”, compreende o período de 1918 até meados da década de 1920 (Acervo CEOM /Unochapecó, Caixa n. 22).

nomes de pessoas consideradas intrusas, por não possuírem os registros das terras. No livro estão os registros do nome dos moradores, a quantidade de terras que estavam em sua posse, o valor da propriedade, a forma de pagamento, que na maioria das vezes é parcelado na íntegra. No livro ainda consta menções a valores de débito e crédito com a colonizadora. Segundo Senczkowski (2017. p. 34), “o débito estaria associados com o valor da propriedade e o crédito associados aos bens que o morador possuía no lote em que residia”.

O pagamento dos débitos era feito de diversas formas, como por meio de produtos e/ou serviços. Ressaltando assim, que com a chegada das colonizadoras para promover a colonização da região, intensificou-se a venda das terras, o que muitas vezes “resultou na expropriação e dispersão dessa população, desestruturando o seu modo de vida tradicional” (RENK, 2006. p.10). Assim, “esta segunda colonização se processa principalmente em consequência da expansão da área colonial do Rio Grande do Sul” (ROSSETTO, 1986. p.9), expansão que objetivava preencher os “vazios demográficos” da recém delimitada região oeste catarinense.

Com a definição das disputas territoriais interestaduais entre Paraná e Santa Catarina, o governo passou a dar grande atenção ao processo de colonização da região recém incorporada ao estado. Segundo Bavaresco (2005, p.16), “o objetivo do governo era integrar definitivamente a região ao território catarinense; já para as empresas, o comércio de terras seria muito lucrativo e, para os colonos imigrantes, representava o sonho de obterem sua terra própria”. Por isso, passou a incentivar a instalação de companhias colonizadoras privadas como medida para ampliar a ocupação do espaço.

De acordo com Werlang (2006, p. 35), “as terras, na sua maioria, eram concedidas às empresas colonizadoras em troca de construção de estradas”, o que por sua vez beneficiaria não apenas o governo que assim garantia a ocupação do espaço, mas também as próprias colonizadoras viam a oportunidade de acúmulo financeiro significativo.

Ainda segundo Werlang (2006), outro fator importante que favoreceu o início da vinda dos migrantes para a região para o processo de colonização foi:

A presença do luso-brasileiro, geralmente denominado de caboclo, favorecia a instalação dos primeiros colonos, pois os caboclos já haviam feito a derrubada de parte das matas. Além disso, o caboclo era utilizado como mão-de-obra na extração da ervamate, madeiras, formação de balsas, abertura de caminhos para a demarcação de lotes, abertura de estradas e derrubada de matas (WERLANG, 2006. p. 46).

Entre as principais companhias colonizadoras que se instalaram no oeste, segundo Radin e Vicenzi, estão: “a Bertaso, Maia & Cia”.; Companhia Colonizadora Sul Brasil; Empresa Chapecó-Peperi; Volksverein Kolonization e a Empresa Construtora e Cia. Colonizadora Oeste

Ltda (RADIN, VICENZI, 2017. p. 81). Assim, essas empresas tinham como principal objetivo: explorar os recursos naturais e vender áreas de terras, promovendo a ocupação definitiva, além de se comprometerem a abrir estradas para o transporte, facilitando o acesso à região.

O processo de colonização de Chapecó foi executado por empresas colonizadoras privadas. E no ano de 1918, registrou-se a chegada da companhia colonizadora Bertaso, Maia & Cia. na região (VICENZI, 2008, p.51). Esta, por sua vez, foi uma das colonizadoras responsáveis por promover a divisão das terras em lotes e posteriormente vendê-las, para colonos vindos do Rio Grande do Sul, na sua maioria descendentes de italianos, alemães e poloneses (NODARI,2009).

A primeira área adquirida pela empresa foi a fazenda Campina do Gregório⁴, no ano de 1918, que pertencia aos herdeiros da Baronesa de Limeira (WERLANG, 2006. p. 50), com aproximadamente 51 mil hectares. Seguida das fazendas Rodeio Bonito⁵ e Chapecó⁶ no ano de 1920 (PIAZZA, 1994). A divisão dos lotes para venda, normalmente possuem como características, serem mais estreitos para que assim todos tenham acesso às linhas e à água, conforme podemos observar nas Figuras 04, 05 e 06, que representam as fazendas compradas pela empresa colonizadora,

Figura 04: Planta Fazenda Campina do Gregório

⁴ Ao patrimônio adquirido pela firma Bertaso, Maia e Cia., Ernesto F. Bertaso e a Fazenda Campina do Gregório acrescentou com a área de 509.234.879 m², cujos limites eram: ao norte com os rios Chapecó e Golfo, ao sul com herdeiros de Antônio Cavalheiro, Gregório de Mattos, herdeiros de Joaquim Henrique, Luce, Rosa e Cia., a leste com a fazenda “Rodeio Bonito” e José Venâncio Fortes e, a oeste com Kruehl, João Cipriano e Família Mendes. Tal área foi adquirida dos herdeiros da Baronesa de Limeira (PIAZZA, 1994, p. 259).

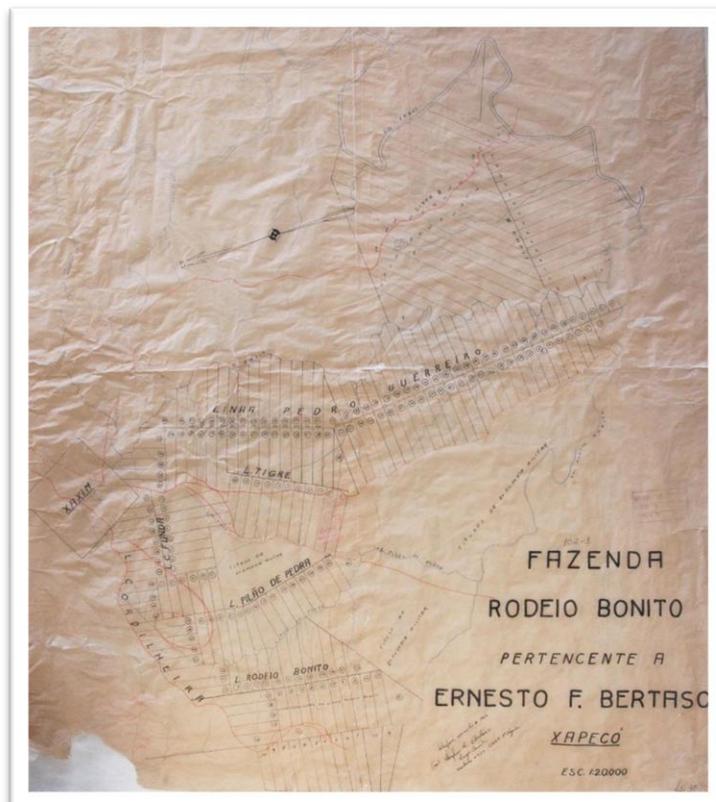
⁵ A Fazenda Rodeio Bonito, com 288.203.010 m², resultante da construção da estrada de Passo Goyo-en a Passo dos Índios, efetuada pelo Governo do Estado, a aludida concessão, a 4 de outubro de 1921, que, posteriormente, entrega Ernesto F. Bertaso aos Irmãos Lunardi para colonizar e cujos limites são: ao sul e a oeste com a fazenda Campina do Gregório e a leste com o Rio Irani (PIAZZA, 1994, p. 258).

⁶ A Fazenda Chapecó, de 538.186.748 m², concessão do Governo do Estado de Santa Catarina, em 26 de junho de 1920, também referido a 4 de novembro de 1932, e cujas extremas foram: ao Norte a Cia. Territorial “Sul Brasil”, e a fazenda “Saudade”, da Brazil Development e Colonization Co., ao sul o rio Chapecó, a leste o rio Saudades e a oeste a Cia. Territorial “Sul Brasil” (PIAZZA, 1994, p. 258).



Fonte: Acervo CEOM/Unochapecó

Figura 05: Planta Fazenda Rodeio Bonito



Fonte: Acervo CEOM/Unochapecó

Figura 06: Planta Fazenda Chapecó



Acervo: CEOM/Unochapecó

No ano de 1923 a sociedade da empresa Bertaso, Maia & Cia. chegou ao fim. Assumia então Ernesto Francisco Bertaso todos os ativos e bens da sociedade, a empresa então passou a se chamar Companhia Colonizadora Bertaso (VICENZI, 2008. p. 51).

Incentivados pelo desejo do Estado de evitar novas disputas territoriais, “a colonização não representou um processo espontâneo, mas induzido pelo poder público.” (RADIN & VICENZI, 2017. p. 71). Assim, o Estado e as colonizadoras buscaram de forma conjunta não apenas proteger seu recém conquistado espaço, mas formas de lucrar e povoar esse território.

Evidencia-se nesse cenário a limitada capacidade do Estado de realizar investimentos em infraestrutura nesses espaços. Dessa forma, as empresas colonizadoras também tiveram importante papel na abertura de estradas e pontes, por exemplo. E em troca desses serviços o Estado comprometeu-se a diminuir as dívidas adquiridas pelas empresas na compra das terras para a colonização (RADIN & VICENZI, 2017. p. 83).

Segundo Radin e Vicenzi (2017):

A comercialização da terra em lotes destinados à agricultura em pequena escala foi a forma mais viável naquele período. A propaganda soube muito bem explorar esse elemento, assim como evidenciava outras qualidades relacionadas à fertilidade,

existência de água, madeira e clima favorável e abrandava as dificuldades que pudessem decorrer a quem adquirisse um lote (RADIN; VICENZI, 2017, p.89).

Conforme citado, as colonizadoras souberam fazer bom uso da propaganda para divulgar a comercialização das suas áreas de terras, enfatizando as qualidades e possibilidades que a nova terra poderia proporcionar às famílias, amenizando as possíveis dificuldades durante o processo de colonização. Destacando-se o uso da propaganda publicitária das terras, “a propaganda foi uma das formas encontradas pela colonizadora para criar uma nova imagem deste espaço” (RADIN & VICENZI, 2017. p. 89). Diante disso, a estratégia para persuadir os migrantes foi a divulgação em ampla escala em pontos estratégicos como “no nordeste do Rio Grande do Sul, onde se localizava a sede da empresa, e, sobretudo, o público alvo” (VICENZI, 2008. p. 81), formado por descendentes de italianos que colonizaram a região.

É relevante destacar que os desafios apresentados pela natureza nesta região foram utilizados como estratégia de propaganda para atrair os colonos. Neste sentido, podemos observar a apresentação da propaganda, veiculada junto ao Figura 07, que além de apresentar a área que correspondia a fazenda, também apresenta uma das estratégias utilizadas para persuadir os futuros colonos. Lê-se na propaganda vinculada ao mapa, o seguinte texto:

As terras do presente mapa são situadas no ponto mais importante do florescente estado de Santa Catarina e se recomendam tanto pela fertilidade como pelo seu clima salubre. Pouco montanhosas, prestam-se admiravelmente ao mais variado cultivo. Se assim não o for, isto é, se essas terras não forem de 1ª qualidade para o plantio de fumo, feijão, milho, trigo, etc. e, nas margens do Chapecó, também para cana-de-açúcar, obrigo-me a pagar a viagem a todo aquele que as visitar. Localizada no município de Chapecó, entre as propriedades das empresas colonizadoras Oeste Catharinense, São Paulo-Rio Grande, Irmão Lunardi e Campina do Gregório, já colonizada pela extinta firma Bertaso, Maia & Cia. Os mapas dos Estados do R. Grande do Sul e Santa Catarina, ao lado, indicam perfeitamente a sua exata situação. Escritório central em Passo Fundo. Em Chapecó (Passo dos Índios) há também uma pessoa encarregada de mostrar as terras e receber o pagamento. Ernesto F. Bertaso (Planta das terras da Empresa Colonizadora Ernesto F. Bertaso Acervo CEOM/Unochapecó).

A exaltação das qualidades do solo e o clima favorável para o cultivo de variadas culturas estavam em destaque no texto, além do compromisso de ressarcimento das despesas da viagem caso não fosse o que se esperava, se tornavam grandes atrativos aliados ao desejo dos colonos de ter sua própria área de terra. Importante ressaltar que a planta representada pela Figura 07, foi uma importante peça publicitária na época, o uso dos selos, nos permite identificar o seu uso como propaganda para divulgar a região a ser ocupada pelos colonos migrantes do Rio Grande do Sul principalmente.

Figura 07: Planta das terras da Empresa Colonizadora F. Bertaso



Fonte: CEOM/Unochapecó

Portanto, o fato de as colonizadoras terem viabilizado a venda de suas áreas de terras divididos em lotes menores, impulsionou o interesse e a vinda de pequenos núcleos familiares de descendentes de italianos, alemães e poloneses de regiões do Rio Grande do Sul. Além disso, para o modelo de colonização que se almeja para a região,

[...] esses colonos eram considerados pelas autoridades como os mais preparados para a tarefa da colonização. Eram representados como pessoas ancoradas no “*éthos* do trabalho”, de grande experiência com afazeres da terra nas antigas colônias gaúchas e

capazes de progredir nas novas terras, diferentemente dos grupos que já residiam na região, vistos como preguiçosos, violentos e sem perspectiva ou preocupação com o futuro (RADIN & VICENZI, 2017. p. 89-90).

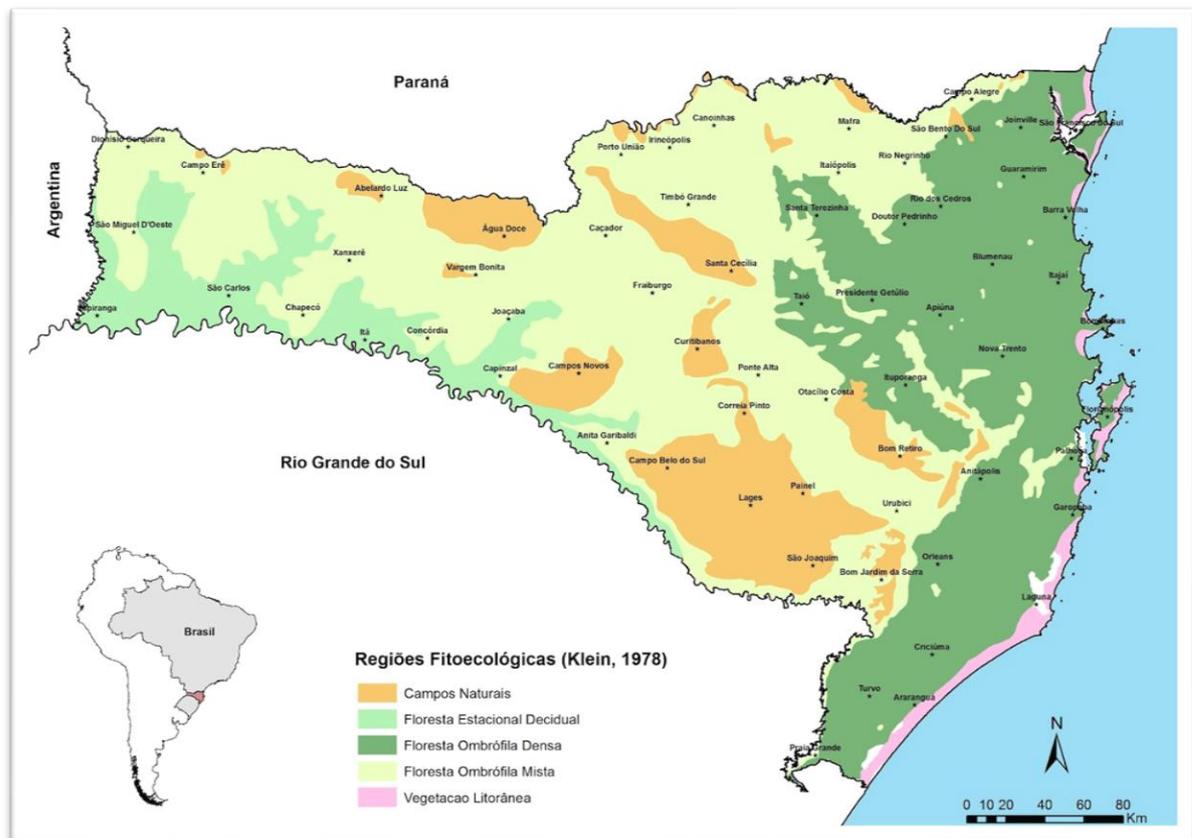
Os caboclos não eram o ideal de colonização que se almejava, pois, a forma com que os mesmos se relacionavam com a propriedade era distinta da dos colonos. Dessa forma, “as ações da colonizadora e do estado catarinense acenavam tanto para a “limpeza” humana quanto ambiental do local” (RADIN & VICENZI, 2017. p. 91). A diferença entre os modos de produção utilizados pelos caboclos e colonos, proporcionaram um distanciamento ainda maior em suas relações, favorecendo o preconceito entre eles. A colonizadora por sua vez nada fez para minimizar a situação, mas ainda contribuiu para o distanciamento, rotulando os caboclos como intrusos e os colonos como homens trabalhadores (VICENZI, 2008. p.69).

Após a chegada dos colonos, iniciou-se um intenso processo de transformações sociais, culturais e ambientais na região oeste. Impulsionou-se o desmatamento para o cultivo das roças, para a criação de animais e as instalações das famílias, além da comercialização da produção madeireira remanescente.

2.1 NATUREZA EXUBERANTE: A FORMAÇÃO DA FLORESTA NA REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA

Na região oeste de Santa Catarina, onde está localizado o município de Chapecó, encontramos duas fitofisionomias do Bioma da Mata Atlântica: a Floresta Ombrófila Mista (FOM) e a Floresta Estacional Decidual (FED). Conforme podemos observar no Figura 08.

Figura 08: Regiões fitoecológicas de Santa Catarina



Fonte: Inventário Florístico Florestal de Santa Catarina. Disponível em: https://www.floresta.sc.gov.br/nossas-a%C3%A7%C3%B5es/invent%C3%A1rio-florestal/produtos/mapas-e-plataformas/mapas#h_p_fB_Z6vnraKCz

Acesso em: 30 de jun. 2023.

A FOM, de acordo com Silva, Brandt e Moretto (2017), abrange uma área de aproximadamente 175 mil km², concentrando-se nos três estados do Sul do Brasil.

Sua área se concentra basicamente no Sul do País e era, inicialmente, distribuída nos estados do Paraná (40%), Santa Catarina (31%), Rio Grande do Sul (25%) e em algumas zonas esparsas no sul de São Paulo, no Rio de Janeiro (nas áreas elevadas) e em Minas Gerais, que juntas somam 4% da área total de extensão no Brasil (SILVA, BRANDT, MORETTO. 2017. p. 192).

A Floresta Ombrófila Mista é caracterizada pela presença de diversas espécies, destacando-se a *Araucaria angustifolia*, mais popularmente conhecida como pinheiro. Outras espécies como o cedro (*Cedrela sp*), a imbuia (*Ocotea porosa*), também compõem a floresta. É pertinente mencionar a afirmação de Moretto (2010.p. 62) que destaca “a origem do termo Floresta Ombrófila Mista, está associada, em parte, da mistura de duas floras distintas: a tropical afro-brasileira e a temperada austrobrasileira, cada qual com elementos característicos”. A floresta ombrófila mista também era conhecida como Mata de Araucárias, Mata de Pinhais ou Floresta com Araucárias (NODARI, 2012).

A Floresta Estacional Decidual (FED) é caracterizada por uma vegetação que ocorre em áreas com estações bem definidas do clima subtropical. Conforme destacado por Silva, Brandt e Moretto (2017), essa floresta é marcada pela transição entre períodos de chuva e seca ou de temperaturas altas ou frias. Segundo Nodari:

Estima-se que a FED seja um dos ecossistemas mais devastados do Brasil, com a agravante de que no estado de Santa Catarina não existe nenhuma reserva legal desta tipologia. Levantamentos recentes indicaram que restam dela menos de 3%, na forma de fragmentos de tamanho muito reduzido e com constantes pressões antrópicas que ameaçam a total destruição desses remanescentes (NODARI, 2010, p.139).

Ainda segundo Nodari (2012), a FED antes denominada de Floresta Subtropical do Rio Uruguai, também era popularmente conhecida pelos colonizadores de “Mata Branca”, ao contrário da FOM, que era conhecida como “Mata Preta”, devido a ocorrência de pinhais.

O processo de colonização e exploração da madeira na região oeste de Santa Catarina, ocorreram nas áreas predominantes da FOM e a FED, nesse período a abundância das florestas eram considerados importantes atrativos econômicos, impulsionando o desenvolvimento da região.

2.2 A EXPLORAÇÃO DA RIQUEZA NATURAL: A INDÚSTRIA MADEIREIRA

A exploração dos recursos naturais desempenha um papel significativo no contexto socioeconômico e ambiental da região oeste catarinense, quando o governo do estado passou a incentivar a instalação das companhias colonizadoras na região, com o objetivo de ocupar os “vazios demográficos” e assim coibir novas disputas pelo território recém anexado. Segundo Bellani (1991), o registro da atividade madeireira na região oeste começa antes mesmo da criação do município de Chapecó em 1917, tendo se intensificado com a chegada dos colonizadores na segunda década do século XX, contribuindo para a formação e o desenvolvimento econômico da região.

Foi com a chegada das colonizadoras, que as matas da região começaram a ser exploradas de forma sistemática, estabelecendo a exploração madeireira como a principal base da economia regional. Entre as companhias colonizadoras que se instalaram na região o destaque está na atuação da Companhia Colonizadora Ernesto F. Bertaso, que conforme aponta Nodari, destacou se por ser:

Uma das maiores companhias colonizadoras atuantes no Oeste de Santa Catarina foi a Empresa Colonizadora Ernesto F. Bertaso. Ela se subdividiu em uma série de

empresas menores, como serrarias, olarias, cooperativas madeireiras, para manter um controle maior da região (NODARI, 2012).

Conforme Moretto e Ribeiro (2021, p. 42) “após o corte, a maior dificuldade das serrarias e madeireiras era processar e transportar a madeira”. Vale ressaltar que nesse período, o acesso aos meios de transportes para o escoamento da matéria-prima produzida era limitado, dificultando o comércio da produção madeireira aqui instalada. O Rio Uruguai é nesse período o principal meio de transporte para a produção da madeira. Através das balsas em épocas de enchentes no Rio Uruguai, se exportava praticamente toda a produção madeireira até as cidades de São Borja e Uruguaiana (BELLANI, 1991).

As balsas⁷ eram produzidas ao longo do ano e lançadas no rio Uruguai durante os períodos de enchentes. Na figura 09, observamos homens sob uma balsa feita de toras de madeira, sendo transportada pelo rio, para posteriormente ser conduzida até o ponto de venda. Como apresentado por Nodari (2012), o Jornal A Voz de Chapecó, noticiava no ano de 1939, na edição de 4 de junho, na página 05 a nota intitulada “Rio Uruguai”, nesta publicação ficava claro o movimento que ocorria em torno do ofício de balseiros⁸, sendo que neste ano “desceram para a república Argentina talvez trezentas balsas de madeira dos municípios, tendo assim ocupado aproximadamente dois mil homens”.

Figura 09: Vista parcial de balsas no Rio Uruguai

⁷ As balsas eram composições de madeira, aglomerados de troncos, toras ou tábuas serradas, armadas para transportar as madeiras oriundas do Oeste catarinense, através do rio Uruguai, até o principal porto de destino, que era São Borja, no Rio Grande do Sul, de onde eram rebocadas ao Rio da Prata, para depois serem exportadas (RADIN, 2018. p.22)

⁸ Entre as pessoas que operavam a entrega da madeira contava-se o patrício e o peão. O patrício era o elemento indispensável para o manejo da balsa. Homem que tinha grande esperteza e vivacidade, conhecia tudo, desde a formação da balsa, a época certa para o início da viagem, o nível do rio, os perigos das corredeiras, ressorjos, ilhas e os chama-dos chefradores, que são as pontas de mata que avançavam sobre o rio (BELLANI, 2006.p. 88).



Fonte: CEOM/Unochapecó

Conforme Nodari (2012), foi realizado um levantamento sobre o número de registros de empresas do ramo madeireiro no estado de Santa Catarina. No entanto, a autora ressalta que é difícil se chegar a um consenso sobre o número exato de serrarias existentes, uma vez que nem todas foram oficialmente registradas, muitas atuando de forma clandestina. Segundo Nodari (2012) no ano de 1947, “enquanto o Rio Grande do Sul tinha 1.603 serrarias, Santa Catarina contava com 2.250, sendo que 736 das quais eram destinadas ao corte e madeira de pinheiro e 115 destas estavam localizada no município de Chapecó”. Na Figura 10, podemos observar a vista parcial de uma serraria localizada na cidade de Chapecó na década de 1950. Cena recorrente, devido ao grande número de empresas do ramo instaladas na cidade.

Figura 10: Vista externa parcial de uma serraria em Chapecó - SC na década de 1950.



Fonte: Acervo CEOM/Unochapecó

Segundo Brandt e Nodari (2011), a extração da madeira aumentou primeiramente, para dar lugar às atividades agrícolas e agropecuárias, que iam além da subsistência, pois existia o interesse na realização da comercialização da produção excedente. Assim, a extração da madeira deveria ser efetuada de forma rápida para que se pudesse iniciar as plantações. Por isso, o terreno limpo era mais valorizado pelos colonos, pois proporcionava a rápida instalação e início da prática da agricultura ou pecuária. Já por outro lado, para as colonizadoras a exploração das florestas significava mais oportunidades de gerar lucros (SILVA; BRANDT; MORETTO, 2017).

Na edição de 1974 da “Revista Ceileiro Catarinense”, há um artigo intitulado “Madeira - Ciclo de Ouro na história de Chapecó” (p.5), que oferece uma visão retrospectiva da indústria madeireira em Chapecó, abordando três aspectos principais:

- 1 - Quando a madeira exuberantemente existente serviu de enriquecimento aos proprietários de extensas áreas, cujos valores apurados na época foram totalmente desviados de aplicação regional. O dinheiro era canalizado para centros maiores, onde somou-se a outras fortunas e talvez continue gerando lucros até hoje.
- 2 - Surgiu a segunda fase, quando a exploração madeireira teve raízes formadoras da fixação do homem à região, como indústria próspera e quando os lucros eram aplicados aqui mesmo. Nesta segunda fase enquanto o pinheiro era retirado, em seu lugar surgia a lavoura ou a invernada.
- 3 - Na terceira fase, já quando a madeira estaria por desaparecer devido a extinção da espécie, surge o IBDF obrigando o reflorestamento a todos os madeireiros. Novamente por intermédio da madeira, nasce outra atividade empresarial: o reflorestamento. E futuramente, quando as árvores agora plantadas estiverem

desenvolvidas, certamente surgirá uma quarta etapa com o seu aproveitamento industrial. E novas riquezas serão geradas (CELEIRO CATARINENSE, n.12, p. 8, 1974)

A análise trazida pela reportagem ressalta o percurso da indústria madeireira em Chapecó, destacando os diferentes momentos da exploração. Na primeira fase, a extração madeireira não deixava benefícios locais, pois o lucro era direcionado para outros centros onde as empresas se localizam. Na segunda fase, percebemos uma mudança significativa com o processo de colonização. Nesse momento os lucros da extração da madeira passam a ser aplicados aqui, para subsidiar a implantação das famílias colonizadoras, saía a mata e a lavoura entrava em ação. O destaque para a terceira fase está na questão do desaparecimento da madeira devido a exploração desenfreada e a falta de políticas que regulamentem a extração e o processo de reflorestamento.

No próximo capítulo, veremos o processo de formação da Cooperativa Madeireira Vale do Uruguai LTDA, e sua atuação no setor madeireiro, enfatizando a sua influência no processo de exploração dos recursos naturais das florestas.

3 A COOPERATIVA MADEIREIRA DO VALE DO URUGUAI LTDA

3.1 A CRIAÇÃO E ATUAÇÃO DA COOPERATIVA MADEIREIRA DO VALE DO URUGUAI LTDA

No ano de 1940, com o amplo desenvolvimento e instalação de empresas madeireiras na região oeste, era fundada a Sociedade Madeireira Xapecoense, com o objetivo de proteger a classe madeireira chapecoense, garantindo melhores preços na venda da madeira, além da criação de um escritório único, facilitando negociação com os consumidores segundo (BELLANI,1991).

Na reunião de Fundação da Sociedade, compareceram diversos proprietários de engenho de serra. A sociedade era por quotas e só foram admitidos como sócios os produtores. Sócio fundadores: João Sutli, Ampélio Pan, Nestor Grando, Angelo Sartori, Guilherme Sartori, João Dala Rosa, Luiz Sudbrack, Emilio Grando por si e por Firmino de João Grando, Pascoal Moro, Pedro Rotava, Amadeu Maggioni, Pedro Loss, Casemiro Lazzari, Alberto Ferronato, João Oro por si e por Fiorino Bosquioli, Dante Travi, Eugenio Sordi e Fredolino Zimmer. A firma foi registrada em 11 de março de 1942, com capital inicial de *R\$ 420:000\$000,34 sócios localizados na cidade de Chapecó. Gênero e comércio: compra e venda de madeira em geral, assim como beneficiamento (BELLANI, 2006, p. 90).

A Sociedade Xapecoense teve um curto período de atuação na região, sendo incorporada no ano de 1946 pela Cooperativa Madeireira do Vale do Uruguai LTDA. A Cooperativa foi fundada no dia 8 de junho de 1944, sendo oficialmente registrada somente no dia 9 de março de 1945. Sua sede localizava-se na cidade de Chapecó, na rua Nereu Ramos, conforme apresentado na Figura 11, do Certificado de Registro nº 2231⁹, de 21 de março 1945, onde lê-se:

Certifico ter sido registrada sob o nº 2.231 em nove de Março de 1945, a Sociedade cooperativa de responsabilidade Limitada, denominada: “Cooperativa Madeireira do Vale do Uruguai Limitada” sediada em Chapecó Estado Território do Iguassú, constituída em 9 de Setembro de 1944, de acordo com a lei nº 5893 de outubro de 1943, e com área de ação circunscrita ao vale do Uruguai, estendendo-se pela margem direita do mesmo rio do limite oriental do município de Concordia em Santa Catarina ao ocidental do município de Chapecó na divisa do Território de Iguassú e também do país com Republica Argentina; e pela margem esquerda de uma linha reta que em continuação do citado limite oriental do município de Concórdia se dirigirá para o Sul, no município de José Bonifácio do Estado do Rio Grande do Sul, linha essa da qual se estendera ao limite ocidental do município de Palmeira, no mesmo Estado. O referido é verdade; dou fé. Eu Pedro Medeiros Ferro – Economista Rural – Classe H.

⁹ Documento salvaguardado junto ao acervo da Cooperativa Madeireira Vale do Uruguai LTDA, que faz parte do Fundo Empresarial Bertaso, localizado no CEOM/Unochapecó.

funcionário encarregado do registro o certifico e assino. Rio de Janeiro, 21 de Junho de 1945 (CERTIFICADO DE REGISTRO, 1945. Acervo: CEOM/Unochapecó).

Figura 11: Certificado de Registro nº 2231, 9 março de 1945.

Certificado de Registro

Certifico ter sido registrada sob o nº 2.231
em 9 de Março de 1945 a Sociedade cooperativa
de responsabilidade Limitada, denominada:
"COOPERATIVA MADRIBIBA DO VALE DO URUGUAI LIMITADA"

sediada em Chapecó
Estado Território de Iguaçu, constituída
em 9 de Setembro de 1944, de acordo com a lei
n.º 5993 de Outubro de 1943, e com área de ação
circunscrita ao vale do Uruguai, estendendo-se pela margem direita do
mesmo rio do limite oriental do município de Concordia em Santa Catarina ao
ocidental do município de Chapaço na divisa do Território de Iguaçu e tam-
bem do país com a Republica Argentina; e pela margem esquerda de uma linha
reta que em continuação do citado limite oriental do município de Concordia
se dirigirá para o Sul, no município de José Bonifácio do Estado do Rio Gran-
de do Sul, linha essa da qual se estenderá ao limite ocidental do município
de Palmeira, no mesmo Estado.

Referido é verdade; dou fé. Eu Pedro Medeiros Ferro -
Economista Rural - Classe H.

funcionário encarregado do registro o certifico e
assino.

Rio de Janeiro, 21 de Junho de 1945.

Pedro Medeiros Ferro

VISTO *[Signature]*
Presp. pelo Representante.

CONFERE *Gilberto B. da Silva*
Chefe da S.R.F.S.C.

Na sua primeira formação, a mesma registrou um número de 30 sócios, chegando no ano de 1949 a aproximadamente 100 associados, estes localizados ao longo do território do vale do Uruguai, lugar de atuação da Cooperativa. A atuação da Cooperativa Madeireira do Vale do Uruguai LTDA, teve um importante papel na defesa dos interesses dos seus associados. De acordo com Bellani (1991. p.196), em meio ao contexto vivenciado pelo mercado madeireiro naquele momento, as vendas que antes eram realizadas de forma individual, e com resultados incertos, passaram a ser feitas em conjunto, o que resultou na melhoria dos preços. Pois a Cooperativa era a responsável por receber a produção dos associados e destinar ao comprador final, normalmente nas cidades de São Borja e Uruguaiana.

A precariedade e a falta de meios de transporte e vias de rodagem, tornavam se os maiores problemas para a escoação da produção madeireira. Problema esse evidenciado no processo de extração e comercialização da madeira durante o período de atuação da Cooperativa Madeireira Vale do Uruguai Ltda, entre os anos de 1940 a 1975.

Segundo Bellani:

No período administrativo de 1945, a Cooperativa Madeireira não registrou nenhum movimento comercial. As fortes chuvas que provocam as enchentes não aconteceram e o rio não oferecendo condições de navegação, impossibilitou a descida de madeira para a exportação, finalidade da Cooperativa (BELLANI 1991, p. 196).

O ano de 1946, foi um importante momento no desenvolvimento das ações da Cooperativa. Segundo Bellani (1991. p.198-197), foi nesse período administrativo que medidas importantes para a estruturação da classe madeireira, ações como: o estabelecimento do preço que o prático, responsável pela condução das balsas receberia por viagem realizada, “estabelecendo se o valor de Cr\$ 20,00, por cada dúzia de madeira, ou como diziam, “por dúzia para atar e correr no rio”. Bem como, foi nesse momento que houve a contratação de dois despachantes: “Helio Freire e Waldimirvon Argimon, para prestarem serviços aos associados na cidade de São Borja e Uruguaiana. Cada um receberia como ordenado a quantia de três mil cruzeiros (BELLANI, 1991)”.

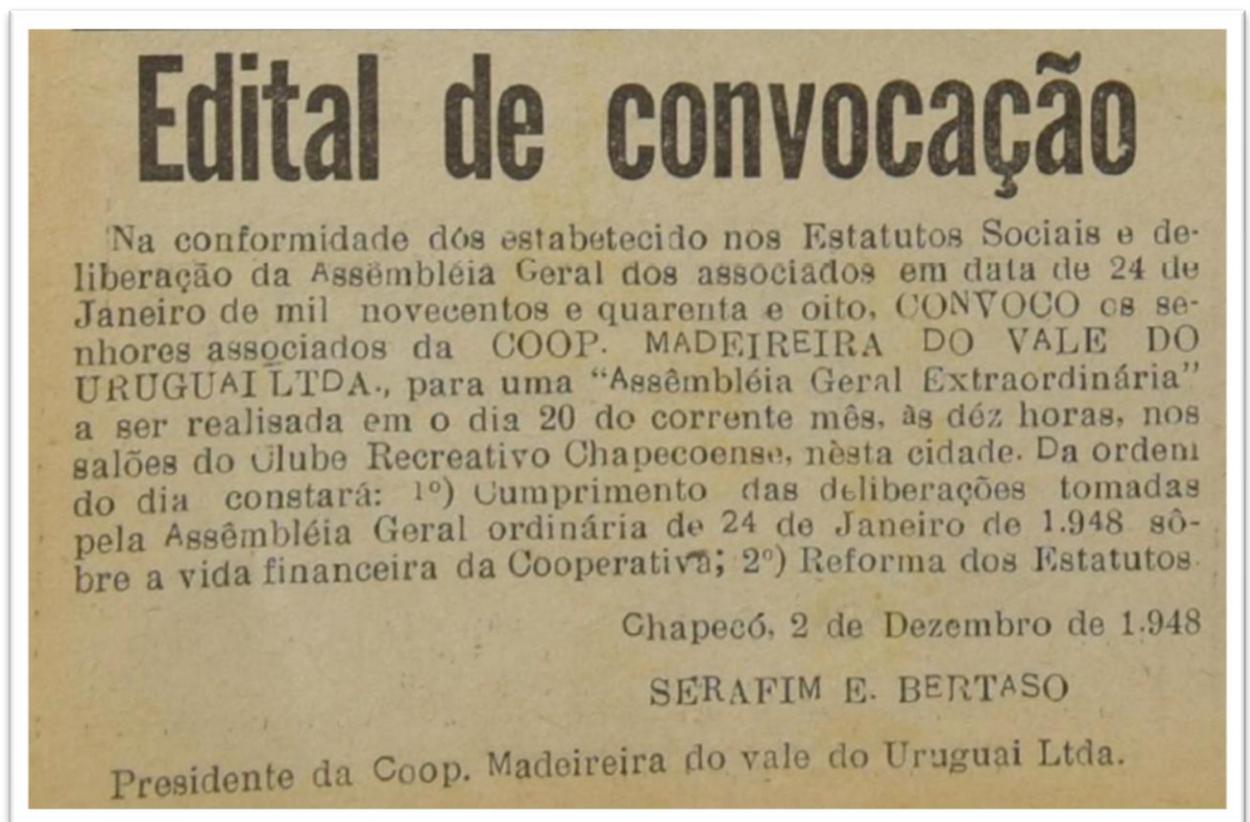
O ano seguinte, 1947, foi marcado pelas mudanças nos estatutos da Cooperativa, devido a extinção do Território Federal do Iguacu. Ocorreram alterações também no capital inicial de cada associado, que:

...no ato de admissão, pagaria 10% do valor total. Os restantes 90% seriam pagos por meio de desconto em cada venda resultante da descida da madeira pelo rio. Esse pagamento ficou estabelecido a razão de dez cruzeiros (Cr\$10,00) por dúzia de madeira serrada ou metro cúbico (BELLANI, 1991. p.197).

Novamente a autora Eli Maria Bellani (1991), traz informações a respeito da movimentação madeireira da cooperativa, citando a “ata lavrada, em 24 de janeiro de 1948”, onde segundo a mesma foi registrado “a entrega pelos associados de 126.156 dúzias de madeiras, e dessas apenas 10.628 dúzias não foram vendidas nesse período, gerando o montante de Cr\$ 49.392,62 (quarenta e nove mil trezentos e noventa e dois cruzeiros).

No ano de 1948, no final do mês de dezembro é publicado no jornal A Voz de Chapecó, Ano VII nº 214, no dia 19 de dezembro, o edital de convocação para “Assembleia Geral Extraordinária”, conforme podemos observar na Figura 12.

Figura 12: Edital de convocação para Assembleia Geral Extraordinária, Cooperativa Madeireira Vale do Uruguai LTDA.



Fonte: CEOM/Unochapecó

Segundo Bellani (1991), nessa assembleia foram discutidos inúmeros assuntos relevantes para a cooperativa, com destaque para a fala do então presidente da cooperativa Serafin Bertaso, “alertando os associados sobre a qualidade da madeira que estava sendo produzida nas serrarias”, o que estaria dificultando as vendas e trazendo prejuízos a todos.

Mesmo com dificuldades, a Cooperativa Madeireira registrou em seu balancete¹⁰, publicado no Jornal A Voz do Chapecó, Ano VII, em 10 de abril de 1949, n° 280, p.2, referente a movimentação do ano de 1948, a venda de 88.185 dúzias de tábuas e 1.114 cedros, dando uma média de Cr\$ 326,00 (trezentos e vinte e seis cruzeiros) por dúzia de tábuas e Cr\$ 1.126,00 (um mil cento e vinte e seis cruzeiros) pela tora, conforme apresentado pelo relatório da diretoria, apresentado aos senhores associados:

De acôrdo com o decidido pela Assembléia Geral de 20 de Dezembro de 1948, que prorrogou para fins de março o prazo para a apresentação do Balanço da Cooperativa, temos a satisfação de cumprir aquela determinação e trazer a vossa apreciação o balanço do ano social de 1948. Graças ao estafante trabalho de regularização da escrita geral da Cooperativa, executada sob a orientação e chefia do nosso associado Sr. Nilo Sudbrack, e que permitiu, neste balanço, seguir a sequencia do ano passado, podemos anunciar aos Srs. Associados, quã á contabilidade do nosso escritório central acha-se em dia e perfeita. Resta-nos a fase de reorganização e regularização dos trabalhos na fronteira, que ainda muito deixam a desejar e que, a miude, vem trazendo sérios embaraços aos nossos trabalhos na Séde. Pretendem o Diretor Presidente e o Diretor Gerente, viajar á fronteira nos próximos dias e tratar de organizar melhor aquela fase de nossas atividades, dando-lhes uma modalidade inteiramente nova e que venha a satisfazer ás nossas exigencias e necessidades. No ano de 1948 foram creditados aos associados, conforme o demonstra o Balanço, Cr\$ 30.091.997,20 (Trinta milhões, noventa e um mil, novecentos noventa e sete cruzeiros, e vinte centavos), valor esse que corresponde a 88.183 duzias de taboas e 1.114 cedros, o que dá um média de valor creditado aos sócios, de Cr\$ 326,60 por duzia de taboas e Cr\$ 1.126,40 por roliço de cédro. Pelo exame do balanço, verifica-se que as despesas foram acrescidas, avultando as despesas com cabiais e gastos bancarios, que atingiram a elevadacifra total de Cr\$ 1.257.959,50, cabendo porem deduzir Cr\$ 778.787,00 que provém do exercicio de 1947, e para o que dispunhamos das conventontes previsões. Temos assim que o liquido gasto em despesas com cambiais e outras despesas bancarias, foi, neste exercicio, de Cr\$. 479.172,50, equivalendo a quasi 2% sobre o valor das vendas efetuadas. O retorno a distribuir entre os associados, será de Cr\$ 267.923,20, conforme se observa pelo demonstrativo da conta de “Sobras e Perdas”. O Balanço, que está á disposição dos Srs. Associados, bem como os nossos livros e outros elementos de contabilidade, falam claramente da situação da Cooperativa, motivo porque deixamos de nos entender neste Relatório. A Diretoria deseja aproveitar esta oportuniidade para agradecer a colaboração e prova de confiança de todos os seus associados e funcionarios, que permitiram com que, mais uma vez, chegassemos a um feliz termino de mais um ano social. Chapecó, 31 de Dezembro de 1948. Dr. Serafim E. Bertaso Diretor Presidente Herminio Tissiani Diretor Gerente Vitor Carlos Breda Diretor-Comercial (JORNAL A VOZ DO CHAPECÓ, 1949.P.2 10/04/1949).

Nos anos subsequentes encontramos apenas algumas publicações dos Relatórios da Diretoria Cooperativa Madeireira do Vale do Uruguai LTDA, veiculados nos jornais A Voz de Chapecó e O Imparcial. Nesses, registra-se a movimentação da cooperativa dos anos de 1949, 1950, 1951, 1952 e 1958, dos quais houve o registro detalhando a venda da madeira apenas nos anos de 1949 e 1950. Contabilizando em 1949, o crédito proveniente venda de 24.335 dúzias de tábuas de pinho e 268 roliços de cedro, realizado no ao de 1948. No ano de 1950, a venda

¹⁰ Relatório Da Diretoria – Balancete Cooperativa Madeireira do Vale do Uruguai LTDA Publicado no jornal: A Voz de Chapecó Ano: VII N° 230 p. 2.

somou a quantidade de 110 mil dúzias de tábuas de pinho, não sendo contabilizado a quantidade de cedro comercializado. Percebe-se que há uma lacuna nas informações disponíveis nos meios de comunicação, com intervalo de tempo que compreende de 1959 a 1975, período em que a Cooperativa Madeireira ainda atuava no setor.

Nas décadas de 1960 e 1970, ocorreram avanços significativos no desenvolvimento da infraestrutura da região, ampliou-se a abertura de estradas e a construção de pontes, viabilizando uma nova rota de escoamento para a produção madeireira da região. Como podemos observar na Figura 13, onde vemos caminhões que eram responsáveis pelo transporte da madeira.

Figura 13: Cooperativa Madeireira Vale do Uruguai LTDA.



Fonte: CEOM/Unochapecó

Em meados da década de 1970 a Cooperativa Madeireira Vale do Uruguai LTDA, foi incorporada pela cooperativa Cooperalfa. Segundo Forneck, em seu trabalho de dissertação de mestrado, intitulado “Formar um novo sujeito: Educação Técnica e Cooperativa na Cooperalfa (1977- 1996)”, na Assembleia Geral Extraordinária - AGE de 05 de dezembro de 1975, foi aprovado a incorporação da Cooperativa Madeireira Vale do Uruguai LTDA. Nessa AGE estavam presentes 11 associados da cooperativa Madeireira, porém nos registros da assembleia só foram contabilizados os associados da Cooperalfa, por se tratar de uma AGE dessa

cooperativa (FORNECK, 2015. p.264). Segundo relato extraído do site do Centro de Memória Alfa/MaxiCrédito - CEMAC, um dos principais motivos para a incorporação foi que:

Com o passar dos anos, devido ao esgotamento da atividade, a cooperativa foi desativada e incorporada pela então Cooperchapecó. hoje Cooperalfa. Celso Tissiani, filho de Hermínio Tissiani, fundador Alfa (em memória), detalha suas lembranças sobre a cooperativa de madeireiros e como foi que sua família passou a ser associada da Cooperalfa: “O pai era diretor comercial da Cooperativa Madeireira. Era ele quem efetivamente fazia as vendas na Argentina, passava três ou quatro meses do ano lá. A cooperativa era uma entidade de classe para pequenos industriais que tinham uma serraria ou duas. Chegaram a ter 92 serrarias associadas. Eles eram o quarto maior exportador de madeira do Brasil, faziam frente a grandes exportadores do Rio Grande e do Paraná. A cooperativa começou a definhar porque muitos associados já tinham terminado com os pinhais e estavam em outra atividade. Nos anos 1970 foi fechada. Um pouco do acervo dela passou para a Cooperalfa, pois eles não queriam mandar para o Governo, nem para o Banco Nacional de Crédito Cooperativo. Alguns associados da cooperativa foram também fundadores da Alfa.” Outro fundador Alfa também atuou na Cooperativa Madeireira; a participação de Fiorindo Scussiato (em memória) na fundação de cooperativas no município de Chapecó é narrada pelo filho Domênico Scussiato: “Meu pai veio pra Chapecó em 1936, de Erechim. Aqui ele começou a trabalhar como madeireiro, ajudando a criar a Cooperativa dos Madeireiros, que depois foi incorporada pela Alfa. Depois ele se associou na segunda cooperativa, chamada Cooperativa Triticola; ele foi do conselho. Essa foi a primeira cooperativa agrícola de Chapecó. Quando ela não deu certo, ajudou a fundar a Alfa. Ele também foi um dos primeiros a trabalhar com máquinas, com trilhadeira. Na década de 1950 ele percorria o Rodeio Bonito, o Tigre e depois vinha vindo até a Colônia Cella e Colônia Bacia, trilhando o trigo do pessoal.” (CEMAC, 2023)

Esse processo de incorporação significou uma mudança na estrutura e nas operações da Cooperativa Madeireira Vale do Uruguai LTDA, que deixou de realizar transações comerciais independentes, passando a fazer parte de uma nova razão social integrada à Cooperalfa. Ao se incorporar à Cooperalfa, naturalmente a Cooperativa Madeireira, passou a seguir as diretrizes, políticas e procedimentos estabelecidos pela nova cooperativa, tornando-se apenas uma instituição e deixando de existir conforme sua constituição inicial.

Neste capítulo, exploramos de uma forma abrangente aspectos que impulsionaram a formação e a atuação da Cooperativa Madeireira do Vale do Uruguai LTDA. Sendo possível observar que a cooperativa desempenhou um papel fundamental na organização dos madeireiros locais, proporcionando-lhes uma forma coletiva para negociar melhores condições de trabalho e comercialização da matéria prima produzida. Contribuindo com o fortalecimento da classe dos madeireiros, a cooperativa foi criada com o intuito de facilitar a negociação dos produtos dos seus associados, garantindo-lhes preços mais justos e maior competitividade no mercado madeireiro, atuando até a década de 70, quando encerrou suas atividades (BELANI, 1991).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de colonização no Oeste catarinense intensificou-se a partir da primeira metade do século XX. As pessoas que aqui chegaram encontraram um espaço com mata densa e bem preservada e apesar do governo passar a ideia de uma região não habitada, aqui se encontravam vivendo em harmonia com a natureza grupos de indígenas e caboclos.

Foi a partir da criação oficial do município de Chapecó, no ano de 1917, e com a instalação das companhias colonizadoras que a colonização impulsionou o desenvolvimento e a exploração dos recursos da região. Segundo Arruda, a colonização foi “o marco definitivo da transformação da natureza em terra, ou seja, em propriedade privada” (2010, p. 296).

Nesse momento a mata tornou-se fator primordial para os primeiros colonizadores que dependiam dela para suprir suas necessidades básicas, como a construção de suas casas, o que possibilitou a implantação da agricultura e a criação de animais. Porém, em muitos momentos a presença da mata tornou-se também um empecilho para os novos moradores, que precisavam de áreas limpas para a prática da agricultura, justificando-se o aumento da exploração da madeira, principalmente da araucária, o setor econômico da região inicia um período de grande avanço, intensificando o processo de desmatamento.

Com o desenvolvimento da indústria madeireira, instalam-se na região inúmeras serrarias e madeiras, com o objetivo de explorar os recursos naturais disponíveis. É nesse contexto de colonização e exploração dos recursos naturais, que na década de 1940 inicia-se a atuação da Cooperativa Madeireira do Vale do Uruguai LTDA, que visava organizar e defender os interesses dos madeireiros da região do alto Uruguai. Inicialmente o comércio da madeira era realizado através das balsas, lançadas ao rio em períodos de cheias do rio Uruguai. A Cooperativa cabia o papel de reunir toda a produção dos seus associados, organizar o transporte e a venda, pelos melhores preços garantindo aos seus associados as melhores condições econômicas.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, fizemos uso da metodologia da História Ambiental, que segundo Worster, já citado no texto, buscou-se a compreensão das ações humanas e suas interferências e impactos na natureza. Por meio da análise de diferentes fontes documentais, buscamos desenvolver um histórico da atuação da Cooperativa Madeireira do Vale do Uruguai LTDA, durante as décadas de 1940 a 1970, quando incorporada pela cooperativa Cooperalfa. Muitos foram os efeitos negativos causados pela exploração dos

recursos naturais durante o período analisado, resultando em duas situações, de um lado prosperidade econômica de certas áreas e de algumas pessoas, e do outro e a que mais percebemos a devastação das florestas e dos animais causadas pela exploração desenfreada.

Por fim, essa pesquisa contribui para a compreensão da história da região, destacando o papel da Cooperativa Madeireira do Vale do Uruguai LTDA na transformação socioeconômica desse território através da exploração da madeira. Concluímos que a história da Cooperativa atrelada ao processo de exploração da madeira na região de Chapecó representa um importante período da história local. Além disso, este trabalho não esgota o assunto, pois ainda existem muitas lacunas a serem preenchidas, tanto sobre a história da própria Cooperativa, como sobre seus associados, funcionários e os impactos ambientais resultantes de suas atividades.

REFERÊNCIAS

- ARRUDA, Gilmar. A 'grande transformação' e a biota cultural das populações em movimento. *Diálogos*, DHI/PPH/UEM, v. 14, n. 2, p. 287-303, 2010.
- BAVARESCO, Paulo Ricardo. Ciclos econômicos regionais: modernização e empobrecimento do Extremo Oeste Catarinense. Chapecó: Argos, 2005. 219p.
- BRANDT, Marlon; NODARI, Eunice Sueli. Comunidades tradicionais da Floresta de Araucária de Santa Catarina: territorialidade e memória. *História Unisinos*, São Leopoldo, v.15, n. 1. p. 80-90.2011.
- BRANDT, M. Paisagem e uso comum da Floresta Ombrófila Mista pela população cabocla do oeste de Santa Catarina. In: GERHARDT, M., NODARI, E.S., and MORETTO, S.P., eds. *História ambiental e migrações: diálogos* [online]. São Leopoldo: Oikos; editora UFFS, 2017, pp. 123-138. ISBN: 978-85-64905-68-9. <https://doi.org/10.7476/9788564905689.0009>.
- BELLANI, Eli M. Balsas e Balseiros no Rio Uruguai (1930-1950). *Cadernos do CEOM*. Ano 19, N 23, 2006.
- _____. Madeira, Balsas e Balseiros no Rio Uruguai: o Processo de Colonização do Velho Município De Chapecó (1917/1950). Dissertação apresentada ao Curso De Pós-Graduação em História da Universidade Federal De Santa Catarina. Florianópolis, 1991.
- CEOM. A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras. Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina. Chapecó: Argos, 2005.
- CEMAC (Santa Catarina). 1972 Incorporação da Cooperativa Madeireira do Vale do Uruguai LTDA. Centro de Memória Alfa/MaxiCrédito. Disponível em: <https://cemac.coop.br/incorporacoesalfa/1972-incorporacao-da-cooperativa-madeireira-no-vale-do-uruguai-ltda/>. Acesso em: 17 jul. 2023.
- DRUMMOND, José Augusto. A História Ambiental: temas, fontes e linha de pesquisa. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4. N. 8. 1991. p. 177-197.
- DEAN, Warren. A ferro e fogo: A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- FORNECK, Elisandra. Formar um novo sujeito: educação técnica e cooperativa na Cooperalfa (1977-1966). 2015. 175 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós - Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Elisandra-Forneck.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2023.
- MORETTO, Samira Peruchi. Remontando a floresta: A implementação do Pinus e as Práticas de Reflorestamento na Região de Lages (1960-1990). Dissertação (Mestrado em História). UFSC. Florianópolis, 2010.
- MORETTO Samira Peruchi (org). *História ambiental e migrações: diálogos*. São Leopoldo: Eikos; Chapecó: UFFS, 2017. p. 123-138
- MORETTO, Samira Peruchi; RIBEIRO, Michely Cristina. Manutenção versus Conservação: a criação do Parque Florestal em Chapecó. *Antropoceno: a sociedade como uma força na mudança da paisagem*, *Cadernos do CEOM*, Chapecó, v. 33, n. 52, p. 38-49, jun. 2020.

Semestral. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/issue/view/303>. Acesso em: 27 jul. 2021.

NODARI, Eunice Sueli. “Mata Branca”: o uso do machado, do fogo e do motosserra na alteração da paisagem no estado de Santa Catarina. In: NODARI, Eunice Sueli; KLUG, João (org.) História Ambiental e migrações. São Leopoldo: Oikos, 2012. p. 35-53

_____. As florestas do sul do Brasil: entre discursos de preservação e ações de devastação. In: FRANCO, José Luiz de Andrade, DUTRA E SILVA, Sandro, DRUMMOND, José Augusto, TAVARES, Giovana Galvão (Org.). História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

_____. Um olhar sobre o oeste de Santa Catarina sob o viés da história ambiental. Revista História: Debates e Tendências. V.9, n.1, jan/jun.2010, p.136-150, publ. no 1º sem.2010.

_____. Etnicidades renegociadas: práticas sócio culturais no Oeste de Santa Catarina. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2009.

PIAZZA, Walter. A colonização de Santa Catarina. Lunardelli: Florianópolis, 1994.

POLI, Jaci. Caboclos: pioneirismo e marginalização. CADERNOS DO CEOM, outubro 1987, n.3, ano 2.

RADIN, José Carlos. A propaganda das companhias de colonização para a vendados lotes rurais no Meio Oeste catarinense. ESBOÇOS. Revista do programa de Pós-Graduação em História d UFSC. Florianópolis: UFSC/Gráfica Universitária, v.11 nº 11,2004. Disponível no link: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/issue/view/47> Acesso em: 08 jul. de 2023.

RADIN, José Carlos. CORAZZA, Gentil. Dicionário histórico-social do Oeste catarinense. Chapecó: Ed. Universidade Federal Fronteira Sul, 2018. 145 p.

RADIN, José Carlos; VICENZI, Renilda. A colonização em perspectiva no centenário de Chapecó. In: CARBONERA, Miriam; ONGHERO, André Luiz; RENK, Arlene; SALINI, Ademir Miguel (org.). Chapecó 100 anos: histórias plurais. Chapecó: Argos, 2017. p. 59-106.

RENK, Arlene. A luta da erva: um ofício étnico no Oeste catarinense. Chapecó: Grifos, 2006.

RENK, Arlene. As representações da colonização no oeste catarinense a partir dos brasileiros. Cadernos do CEOM, Chapecó, 5 (7), p.7-47, 1991.

SENCZKOWSKI, Lizabete Emilia. A categoria Intrusos na história da colonização do Oeste Catarinense: Expropriação e resistência. 2017.53f.

SILVA, Claiton Marcio da; BRANDT, Marlon; MORETTO, Samira Peruchi. Transformando a paisagem: uma história ambiental de Chapecó. In: CARBONERA, Miriam; ONGHERO, André Luiz; RENK, Arlene; SALINI, Ademir Miguel (org.). Chapecó 100 anos: histórias plurais. Chapecó: Argos, 2017. p. 181-214

VICENZI, Renilda. Mito e História na colonização do oeste catarinense. Chapecó: Argos, 2008. 162 p.

WELANG, Alceu Antonio. Disputas e ocupação do espaço no Oeste Catarinense: a atuação da companhia territorial sul Brasil. Chapecó: Argos, 2006. 149 p.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. Estudos Históricas, Rio de Janeiro, v.4, n.8, 1991. p. 198-215.

FONTES

Jornal A Voz de Chapecó. Anos de 1939 a 1953. Vol. I, II, III, V e VI. Acervo CEOM/Unochapecó

Jornal O Imparcial. Ano 1951. Vol. X. Acervo CEOM/Unochapecó

LIVRO – Intrusos da Colonizadora Bertaso, 1918 a 1925. Acervo CEOM/Unochapecó.
Madeira - Ciclo de Ouro na história de Chapecó. CELEIRO CATARINENSE. Chapecó, n. 12, mar. 1974.